

MITOS DE CALENDÁRIO: AS COMEMORAÇÕES DO ESTADO NOVO NAS FOTORREPORTAGENS DA *ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA* (1938-1945)ⁱ

Marcelo Abreu (FACIP/UFU)

Aline Ferreira (INHIS/UFU)

Apresentação

O trabalho analisa as estratégias de repercussão das comemorações do Estado Novo. As fotorreportagens relativas às comemorações publicadas na revista *Ilustração Brasileira* (1938-1945) constituem a fonte privilegiada para investigar a ampliação da visibilidade dos rituais cívicos e seus sentidos para além do público presente às celebrações. Ao mesmo tempo, a publicação das fotorreportagens acabava por inscrever aqueles acontecimentos na história. Neste sentido, busca-se caracterizar duas intenções que se conjugam e se materializam na produção do documento analisado: 1) o uso da imprensa ilustrada na difusão das representações do passado e do presente conformadas nos rituais cívicos; 2) a escrita visual da história na revista *Ilustração Brasileira*. Do ponto de vista teórico, a análise se baseia na reflexão sobre a produção do acontecimento contemporâneo através dos meios de comunicação, com seus mecanismos de reverberação e redundância que fazem com que o fato noticiado ganhe novas camadas de sentido enquanto é propagado. Por outro, trata-se de relacionar esta forma de criação do acontecimento às análises acerca da *visualidade* da história que conforma a cultura histórica na contemporaneidade.

È preciso destacar que as sugestões que aqui se apresentam resultam dos primeiros movimentos de pesquisa, apresentando-se, pois, como análises exploratórias ainda não submetidas ao tratamento exaustivo da coleção da revista *Ilustração Brasileira* existente no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/UFU). Iniciamos a organização de um banco de dados compreendendo os dados da publicação, autoria dos textos e das imagens reproduzidas na revista, composição gráfica e os conteúdos dos “textos” publicados. Interessa-nos, sobretudo, todas as reportagens, foto-reportagens, reproduções de obras de arte, tudo o

que era publicado em *Ilustração Brasileira* e que conformasse formas variadas de fazer o passado e a história visíveis. A constituição deste banco possibilitará alguns desenvolvimentos importantes, como a prosopografia dos autores envolvidos na produção da revista, a identificação de imagens variadas e seu uso integrado aos textos, os temas de natureza histórica mais recorrentes, possibilitando compreender as relações entre estes elementos na configuração de uma narrativa *visual* do passado nacional que se conforma na revista como parte da pedagogia cívica com a qual a publicação estava comprometida. Para os efeitos deste trabalho, portanto, ainda é difícil estabelecer o peso das fotorreportagens que tornavam o calendário cívico do Estado Novo visível para um público mais amplo.

Apresentamos inicialmente os referenciais teóricos que orientam nossa interpretação. Num segundo movimento, discutimos a relação entre o projeto editorial da revista e o projeto político-cultural do Estado Novo e sua difusão através da imprensa. Por fim, apresentamos algumas análises das fotorreportagens em questão.

Ver o passado e produzir a memória

A pesquisa proposta articula-se em torno de uma hipótese sobre a difusão da cultura histórica na revista *Ilustração Brasileira: a criação de representações do passado que conjugavam texto e imagem integrava uma pedagogia cívica que objetivava a construção da nacionalidade para um público leitor ilustrado, mas ainda mais amplo do que o público que podemos identificar como pertencente às elites intelectuais naquela circunstância*. Investigar esta questão numa revista ilustrada conduz a fundamentação teórica do projeto a duas direções que se integram: 1) o debate historiográfico acerca dos usos do passado; 2) a discussão acerca da cultura visual em sua relação com a cultura histórica.

A investigação histórica sobre os usos do passado é relativamente recente e podemos situar seu início na década de 1980. Naquele momento, a aceleração do tempo nas sociedades contemporâneas provocava a redefinição da relação entre as dimensões temporais: passado e futuro apresentavam-se simultaneamente no presente. A história como disciplina vê colocada em questão a distância entre passado e presente que fundara

a possibilidade de análise histórica ordenada por um tempo progressivoⁱⁱ. Ao mesmo tempo, assiste-se a emergência de uma cultura da memória de novo tipo, caracterizada pela multiplicidade das formas e velocidade em que o passado é evocado, como mostram, por exemplo Andreas Huyssen, Beatriz Sarlo e, entre os historiadores brasileiros, Manoel Salgadoⁱⁱⁱ. Assim, além da redefinição das relações temporais que caracterizavam o projeto disciplinar desde o século XIX, a história também se vê como parte da memória social, integrando, a despeito da objetividade científica que pretendia, as apropriações do passado como fundamento da produção identitária. Foi, então, neste momento singular da instituição histórica, que a operação historiográfica circunscreveu a memória social como objeto. Com resposta à elevação da memória ao estatuto de objeto historiográfico, os historiadores forjaram novos conceitos e programas de investigação. Já na década de 1980, Pierre Nora e Eric Hobsbawm definem, respectivamente, os *lugares de memória* e as *tradições inventadas* como ferramentas para se pensar e investigar os usos do passado no mundo contemporâneo. Cada uma destas formulações conceituais traduz preocupações e referenciais teóricos diversos. A noção consagrada por Pierre Nora investia no tratamento das práticas culturais que davam forma e visibilidade ao passado nas sociedades contemporâneas: onde não havia mais a possibilidade de reproduzir os meios de memória, era necessário instituir lugares onde a lembrança poderia ancorar-se. Lugares que delimitavam a percepção que os próprios historiadores teriam do passado que desejavam investigar segundo critérios científicos^{iv}, levando-os muitas vezes a circunscreverem seus objetos de investigação a partir das balizas das histórias nacionais. Já a noção de tradição inventada, definida por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, implicava investigar a fabricação de passados, revestidos com a aura de tradições muito antigas, que serviam a desígnios ideológicos precisos: afirmar princípios de autoridade ou uma identidade social^v. O conceito de invenção da história, por sua vez, ressalta a simultaneidade da criação da história como disciplina e de outras formas de representar o passado, como o antiquariado, os museus, o romance e a pintura histórica. Na verdade, tratava-se de evidenciar que a história como disciplina só é possível pela instituição do gosto pelo passado, pela difusão do interesse pelo passado que estas outras práticas permitiram^{vi}. O que Stephen Bann chama de invenções da história configura, portanto, uma determinada cultura histórica que, na definição de Jacques Le Goff, constituem

modos de relação como o passado que são socialmente criados e historicamente demarcados^{vii}.

Estas formulações conceituais respondiam ao movimento de investigação dos usos do passado, quer explicitando seu uso político, como nas tradições inventadas, quer dando ênfase à configuração de práticas culturais que tornavam o passado visível e possibilitavam a própria história como conhecimento. No presente projeto de investigação, estas noções serão acionadas para tratar as formas diversas que o passado assume na revista, tanto em termos de sua simbolização quanto no que se refere aos seus usos políticos. Nesse sentido, retomamos a categoria formulada por Hartog e Revel quando tratavam dos usos da história na contemporaneidade. Os autores distinguem as formas de emprego do discurso histórico para assegurar as identidades ou afirmar pretensões políticas de Estados nacionais ou grupos sociais. Segundo eles, há narrativas das origens que procuram enraizar os privilégios de um grupo humano à uma terra, reivindicando a autoctonia, ou inscrevem o destino de uma nação na longa duração. Há também narrativas da fundação ou da ruptura que fazem de um acontecimento a marca de um começo absoluto de um novo tempo. Existem narrativas de legitimação, que reivindicam o passado a fim de afirmar pretensões políticas do presente, e discursos apologéticos que visam enaltecer as qualidades de um grupo ou personagem. Além destas formas, há os silêncios das narrativas que elidem ou fazem esquecer momentos difíceis do passado^{viii}. Estas modalidades narrativas ganham forma na escrita histórica, mas também através de outros meios^{ix}, entre eles podemos destacar a imprensa que colabora na difusão destas imagens do passado politicamente demarcadas. É, portanto, através desta chave de leitura que procuraremos analisar os discursos sobre o passado nacional que a revista *Ilustração Brasileira* veiculava.

Neste sentido, é preciso pensar ainda o estatuto e a própria materialidade da revista, isto é, tratar o meio através do qual os acontecimentos do passado e do presente repercutiam nela. Pierre Nora avalia o papel da imprensa na produção do acontecimento contemporâneo. Tratava-se, então, de refletir sobre o impacto dos *mass media* na criação da história nas sociedades do capitalismo avançado. O acontecimento-monstro, como caracterizava Nora, definia-se não pelo fato ele mesmo, mas pela reverberação, pelo eco cuja frequência era estabelecida pela velocidade com que novos acontecimentos eram

produzidos. Ao ecoar, muitas vezes em mais de um meio de comunicação, o acontecimento contemporâneo vai ganhando novas camadas de sentido. A partir da formulação de Nora, pensar o acontecimento implicava perscrutar sua reverberação no tempo e conceber a memória como parte do sistema formal, com seus mecanismos de repercussão e redundância, e do sistema de significação característicos do acontecimento contemporâneo^x. É claro que *Ilustração Brasileira* está, como fato social, longe deste tempo caracterizado pelo acontecimento-monstro, mas pode-se pensar a difusão de uma cultura histórica na revista a partir destas sugestões teóricas. Além disso, é necessário voltar-se ainda para os estudos sobre a cultura visual como fundamento da análise da visibilidade do passado que a revista criava.

Seguindo as proposições de Manoel Salgado acerca dos museus como espaços onde o passado é dado a ver, afirmamos que o projeto da revista *Ilustração Brasileira* e seu compromisso com a divulgação do passado nacional é um indício de uma cultura histórica marcada pela visualidade^{xi}. Pensar esta questão implica, como apontam Ulpiano Bezerra de Menezes e Paulo Kanuss, ultrapassar a dimensão documental das imagens há muito incorporada à operação historiográfica para afirmar que existem *modos de ver* historicamente demarcados^{xii}. Em outras palavras, ao falarmos de visualidade entendemos que a produção e o consumo de imagens são experiências sociais que têm uma historicidade. Daí podermos falar também de cultura visual, integrando as formas de percepção das imagens como parte do processo de simbolização que confere sentido ao mundo social. Integrando o universo da cognição, tal como a escrita, as imagens produzem efeitos, sustentando formas de sociabilidade e tornando “empíricas as propostas de organização e atuação do poder”^{xiii}.

No caso da difusão do passado na revista *Ilustração Brasileira*, trata-se de pensar que a reprodução das imagens configuram um esforço de fazer a história conhecida para um público mais amplo que não participava necessariamente dos circuitos de produção historiográfica tradicionais, então restritos aos institutos históricos e seus sócios, por exemplo. Circuitos em que, desde o século XIX, a palavra escrita era empenhada na criação de uma história nacional^{xiv}. Através dos usos das imagens – fotoreportagens de comemorações, reprodução de pinturas históricas e fotografias de monumentos públicos – garantia-se outra forma de apreciação do passado nacional ajustada a uma temporalidade

em que o público era cada vez mais convocado a formar sua visão de mundo a partir do consumo e interpretação de imagens – na propaganda, no cinema, no fotojornalismo em seus começos, objetos da cultura que indicavam a entrada das populações urbanas do Brasil nos tempos frenéticos da modernidade^{xv}. É nesse sentido, portanto, que podemos afirmar que a visualidade do passado na revista conformava uma tentativa de, face às projeções do futuro nacional que caracterizavam os anos de 1930, garantir os sentidos de pertencimento à Nação.

A Ilustração Brasileira e o projeto político-cultural do Estado Novo

A escolha da *Ilustração Brasileira* como fonte de investigação e do período a ser analisado deve-se, por um lado, ao uso da imprensa ilustrada como meio de difusão de representações do passado. Nestes meios impressos, tais representações eram compostas pela combinação do texto escrito às virtualidades do uso de imagens variadas em termos de sua técnicas e conteúdos. Na revista encontram-se reproduzidos quadros e gravuras depositadas nos museus brasileiros, fotografias de monumentos existentes no espaço público e de traços anteriores das cidades brasileiras, fotos que conferiam visualidade às comemorações nacionais pautadas na revista. Por outro lado, este movimento articula-se ao debate intelectual e político acerca da identidade nacional em sua relação com o passado que se desenvolvia desde as décadas de 1910 e 1920, ganhando vulto nos anos de 1930^{xvi}. Não por acaso, portanto, o Conde de Afonso Celso, redator em 1935, lembrava o comprometimento com a criação de um periódico que aliasse aos textos o poder evocativo das imagens reproduzidas, “documentos gráficos aprazíveis à contemplação e cujas legendas, em curta e incisiva frase, bastariam a levar à indução desejada”^{xvii}. A confluência entre imagem e palavra escrita no projeto editorial traduzia o objetivo de contribuir para a formação intelectual de seu público leitor, indicando mais um compromisso da revista no sentido de afastar-se da política partidária para colaborar na “política conducente à grandeza, felicidade e glória nacionais”^{xviii}.

Entre 1935 e 1937, este objetivo foi cumprido de forma autônoma, integrando-se ao debate que então se travava sobre o Brasil e dando continuidade ao programa da revista em suas fases anteriores (1909-1915; 1920-1930) quando a história nacional foi difundida

em texto e imagem em suas páginas. No período do Estado Novo (1937-1945), contudo, pode-se perceber na revista o uso político explícito, orientado desde o aparato de Estado interessado na construção da Nação e na pedagogia das elites ilustradas, de uma prática que já era constante na *Ilustração Brasileira*. Entre 1935 e 1945, portanto, há uma continuidade na difusão da cultura histórica neste periódico que é sintomática de um tempo em que a intelectualidade engajou-se, relativamente às diferentes posições no espectro político, no “redescobrimento do Brasil”^{xxix}. Por outro lado, observa-se a descontinuidade na difusão de representações do passado no fechamento do regime político, quando o Estado procurou monopolizar o discurso sobre a nacionalidade. Neste período, configura-se uma cultura histórica comprometida com os desígnios do regime que, ainda que relativamente pobre na produção historiográfica propriamente dita, foi pródigo na promoção do passado nacional, especialmente através das comemorações^{xx}. Apresentar o Estado Novo como movimento de refundação da Nação implicava inseri-lo na história como a marca de um tempo novo, daí a necessária revisão do passado longínquo e recente que os intelectuais diretamente comprometidos com o regime promoviam em publicações especializadas como *Cultura Política*.

Ao mesmo tempo, este discurso não ficaria restrito aos círculos intelectuais, ganhando também as páginas de outras publicações que se dirigiam a um público letrado mais amplo. Aqui, portanto, o projeto político e cultural do regime confluía com o da *Ilustração Brasileira* que pretendia em sua nova fase reconquistar “a influência entre as mentalidades de genuína elegância mental e moral”^{xxi}. Era a um público que se confundia com as elites intelectuais e políticas que a revista se dedicava. Era também este público que o novo regime desejava formar, complementando os esforços de legitimação do Estado Novo através do convencimento das massas urbanas em ritos que enfatizavam identificação entre o povo e o chefe da Nação, como se os interesses do conjunto da nacionalidade convergissem no Estado^{xxii}. Em poucas palavras, pode-se identificar no Estado Novo um projeto pedagógico que se direciona, para usar os conceitos próprios da época, às “massas” e às “elites”. Neste projeto, o culto a *um* passado nacional era constante, embora as formas de representação da história agenciadas fossem diversas, valorizando a teatralidade das comemorações para todos os grupos sociais e reservando a informação sobre o passado nacional às “mentalidades de genuína elegância”. O viés

elitista desta pedagogia cívica não era, aliás, uma característica exclusiva no Estado Novo, sendo em verdade uma marca da década de 1930 – e, possivelmente, de uma cultura histórica republicana que colaborava para eufemizar a cidadania numa ordem política caracterizada por projeto político-culturais que variavam do elitismo autoritário à chamada “democracia ilustrada”^{xxiii}. Pode-se afirmar, portanto, que o projeto editorial da revista representa este traço distintivo daquela temporalidade.

As fotorreportagens do calendário cívico como escrita visual da história

Percorrendo as páginas da *Ilustração Brasileira* entre 1938 e 1945, podemos identificar, considerando apenas os meses de abril, maio, agosto, setembro e novembro, cerca de 331 artigos ilustrados por imagens fotográficas ou fotorreportagens propriamente ditas, entendidas como registro jornalístico caracterizado pelo uso da imagem fotográfica como elemento essencial da informação. O temário destes artigos e fotorreportagens era bastante vasto, abrangendo as coleções de museus, aspectos da vida cultural dos povos indígenas, as cidades e seus monumentos, o registro de ações político-administrativas dos governos, o patrimônio edificado, assim como as comemorações do novo calendário cívico do Estado Novo. Estas perfazem 42 do total, considerando apenas os anos de 1940, quando se iniciam de forma mais organizada, e 1945. Temos assim que as comemorações, para os anos e meses levantados, abrangem pouco mais de 12% de todo o conjunto. Entre as celebrações de maior destaque encontram-se os rituais cívicos que se realizavam anualmente na Semana da Pátria – desfile da juventude brasileira, dia da raça, parada estudantil e militar do Sete de Setembro – e uma comemoração oficial relativa aos Festejos Nacionais do Centenário da Pacificação das Revoluções de 1842, levada a cabo em agosto de 1942.

De um modo geral, os conteúdos veiculados pelas fotorreportagens de caráter histórico reproduziam o cânone da história nacional na releitura particular que os ideólogos do Estado Novo procuravam realizar, afirmando simbolicamente o caráter inaugural do novo regime político. Isto explica, por exemplo, o destaque dado aos “festejos nacionais” de 1942, uma vez que a “pacificação” era lida e apresentada como uma vitória da centralização imperial sobre os impulsos autonomistas das províncias,

evento do passado precipuamente comemorado por um regime que assumia a centralização política como meio de refundar a Nação e o Estado Nacional.

ⁱ Este trabalho foi possível graças ao financiamento da FAPEMIG concedido ao projeto *Documentos para ler e ver: a revista Ilustração Brasileira no acervo do CDHIS*, coordenado pela Porfa. Luciene Lehmkuhl. A pesquisa foi iniciada no contexto deste projeto e agora continua no projeto *Cultura histórica em revista: vendo o passado na Ilustração Brasileira*

ⁱⁱ v., HARTOG, François. *Régimes d'historicité; présentisme et expériences du temps*. Paris, Edition du Seuil, 2003.

ⁱⁱⁱ v., HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória; arquitetura, monumento e mídia*. – 2ª ed. - Rio de Janeiro, Aeroplano, 2004; e SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2005; e GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clío em tempos de memória. in: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca (orgs.) *Cultura política e leituras do passado*. op.cit.p. 24-41.

^{iv} v., NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista de Estudos Pós Graduados em História, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993, p. 07-28.

^v v., HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

^{vi} v., BANN, Stephen. *As invenções da História; ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo, Ed. UNESP, 1994.

^{vii} cf., LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2003. p. 47-49.

^{viii} cf., HARTOG, François e REVEL, Jacques. Note de conjuncture historiographique. In: HARTOG, François e REVEL, Jacques (org.). *Les usages politiques du passé*. Paris, EHESS, 2001. p. 14.

^{ix} Para os três exemplos – museus, monumentos arqueológicos e narrativas memorialísticas – consulte-se os artigos na coletânea organizada por Hartog e Revel: WERNER, Michael. Deux nouvelles mise em scène de la nation allemande: les expériences du Deutsches Historisches Museum (Berlin) et du Haus der Geschichte der Bundesrepublik Deutschland (Bonn); SILBERMAN, Neil Ascher. Structurer le passé: les Israéliens, les Palestines et l'autorité symbolique des mouments archéologiques; e SANBAR, Elias. Hors du lieu, hors du temps: pratique palestiniennes de l'histoire. In: HARTOG, F. e REVEL, J. op.cit. p. 77-97; p. 99-115; p. 117-125.

^x cf., NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988. p. 190.

^{xi} cf., GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.15, no. 2, p. 11-30, jul.-dez. 2007. p. 12.

^{xii} v., MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 45, p. 11-36, jul. 2003.; e KNAUSS, Paulo. Os desafios de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

^{xiii} cf., MENEZES, Ulpiano T. Beserra de. op.cit. p. 15.

^{xiv} v. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27; FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante; letrados, instituição, invenção da história (1870-1940)* São Paulo, Ed.UNESP, 2002 ENDERS, Armelle. “O Plutarco brasileiro”; a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.25, v. 1, 2000. Disponível em:

http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?tp_edi=U.

^{xv} v., SEVCENKO, Nicolau. *Orfêu extático na metrópole*; São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Cia. das Letras, 1992; e LOTITO, Marcia Padilha. *A cidade como espetáculo; publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo, Annablume, 2001.

^{xvi} v. OLIVERIA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1990; VELLOSO, Mônica. *A brasilidade verde-amarela; nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1987 (mimeo); MOTA, Marly. *A nação faz cem anos; a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Ed.FGV, 1992; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro, Ed.FGV; Brasília, INL, 1980; MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix; EdUSP, 1978. v.6. p. 475-577.

^{xvii} cf., CELSO, Afonso. No limiar. *Revista Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, O Malho, n. 1, mai. 1935, p. 4 e 5.

^{xviii} Idem.

^{xix} v., GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

^{xxv}, GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. in: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca (orgs.) *Cultura política e leituras do passado*; historiorafia e ensino de história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p. 43-63; e GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*; a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro, Ed.FGV, 1996.

^{xxi}cf., CELSO, Afonso. *op.cit.*

^{xxii} v. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, Papirus, 1986; e CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*; propaganda política no varguismo e no peronismo. – 2ª ed. – São Paulo, Ed. UNESP, 2009.

^{xxiii} v. FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988; BROGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*; São Paulo, Brasiliense, 1992; CAPELATO, Maria Helena. . *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo, Brasiliense, 1988; e PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo, Ática, 1986.